

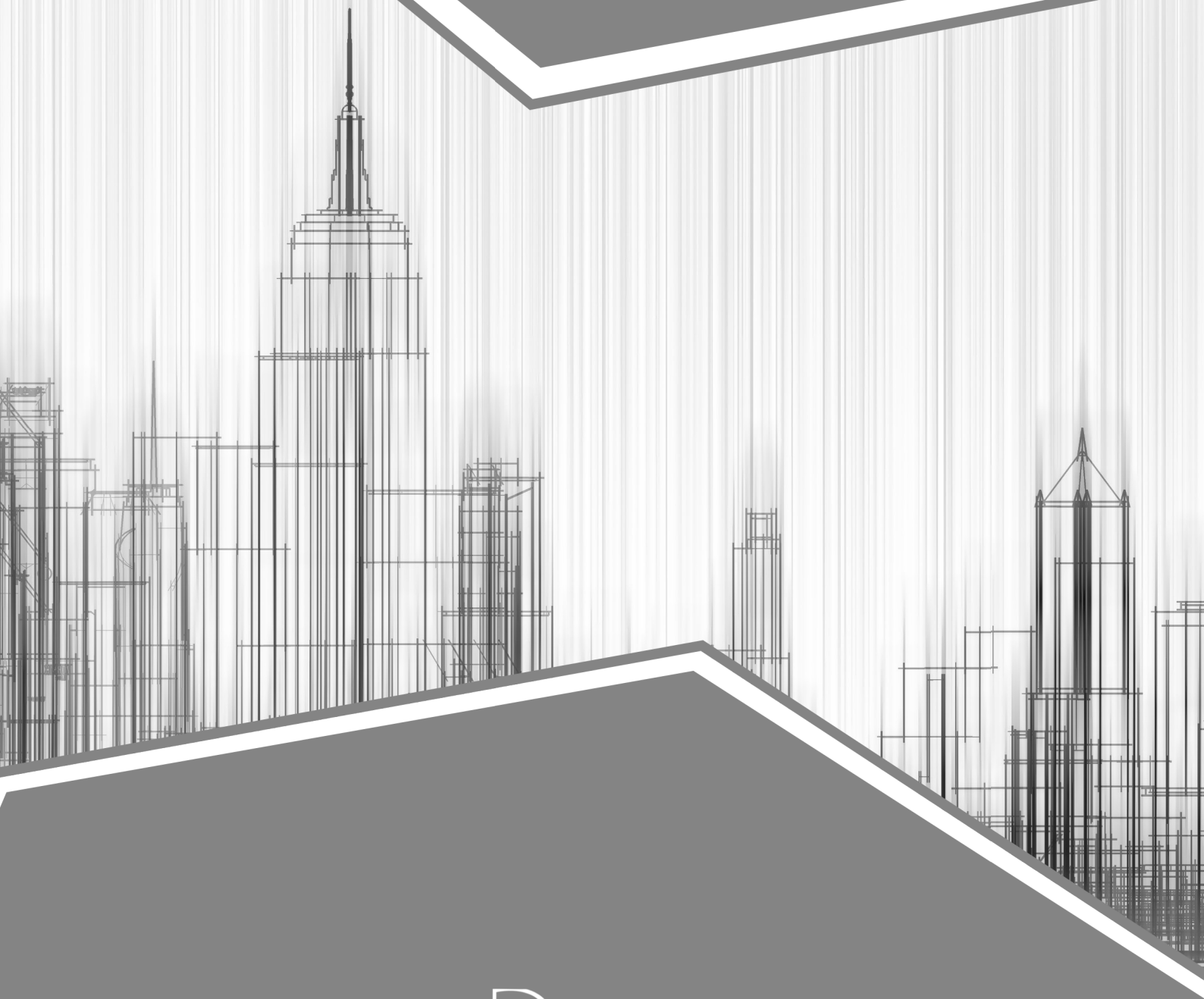
Desafios e Possibilidades do Desenvolvimento Regional e Urbano

Bianca Camargo Martins
(Organizadora)



Desafios e Possibilidades do Desenvolvimento Regional e Urbano

Bianca Camargo Martins
(Organizadora)



2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D441	Desafios e possibilidades do desenvolvimento regional e urbano [recurso eletrônico] / Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-85-7247-768-0 DOI 10.22533/at.ed.680191111 1. Capital imobiliário. 2. Planejamento urbano. 3. Desenvolvimento regional. I. Martins Bianca Camargo. CDD 330
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Nas últimas décadas, constata-se, principalmente nos centros urbanos – locais onde há maior interesse do capital imobiliário – um grave descompasso entre a formulação e aplicação de leis e instrumentos de planejamento e gestão urbana, e os processos de financiamento e financeirização do espaço urbano, resultando em cidades cada vez mais caóticas e desiguais.

A presente edição do e-book “Desafios e Possibilidades do Desenvolvimento Regional e Urbano” mostra a amplitude e a urgência do debate sobre as dinâmicas urbanas. Ao percorrer diversos temas e abordagens, a Atena Editora consolida um espaço importante de discussão e de fomento a pesquisa que podem contribuir amplamente na construção de um futuro mais justo e democrático.

Desse modo, convido você leitor ao diálogo. Boa leitura!

Bianca Camargo Martins

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ANÁLISE DOS INDICADORES DE DESEMPENHO DOS MUNICÍPIOS ATINGIDOS PELO LAGO DO LAJEADO FORMADO PELA USINA HIDRELÉTRICA LUIZ EDUARDO MAGALHÃES	
Nahara Cavalcante Batista Liza Maria de Andrade Souza Valério Augusto Soares de Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.6801911111	
CAPÍTULO 2	13
CAMINHOS PARA A REVITALIZAÇÃO DO RIACHO DO CAVOUÇO, RECIFE-PE	
José Luís Said Cometti Jaime Joaquim da Silva Pereira Cabra Taylse Marielly da Conceição	
DOI 10.22533/at.ed.6801911112	
CAPÍTULO 3	24
CIDADES CRIATIVAS: PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DE PARINTINS (AM)	
Michele Lins Aracaty e Silva Francisco Alberto Castro dos Santos Junior	
DOI 10.22533/at.ed.6801911113	
CAPÍTULO 4	42
CIDADES PEQUENAS E AS INTER-RELAÇÕES URBANAS: UMA LEITURA SOCIOESPACIAL DA CIDADE LOCAL DE GLÓRIA DE DOURADOS-MS	
Julio Gonçalves da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6801911114	
CAPÍTULO 5	51
DINÂMICA DO TRANSPORTE SOBRE TRILHOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, RMSP: DESENVOLVIMENTO, PROBLEMAS E DIRETRIZES	
Bruno Ribeiro Roberto Righi	
DOI 10.22533/at.ed.6801911115	
CAPÍTULO 6	63
LOGÍSTICA, MANEJO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL NA GRANDE SÃO LUÍS	
André Rodrigues de Freitas Samuel Silva Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.6801911116	
CAPÍTULO 7	68
PROJETO VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS NA COMUNIDADE – VIVERCOM: A TRANSDISCIPLINARIDADE E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO AGENTES PROMOTORES DE CIDADANIA	
Rafael Amaral Oliveira Fernanda Guglielmi Faustini Sônego	
DOI 10.22533/at.ed.6801911117	

CAPÍTULO 8	71
VULNERABILIDADE SOCIAL, INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E DE CRIMINALIDADE EM MANAUS-AM	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Kethelen Sthephanie do Santos Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.6801911118	
CAPÍTULO 9	87
RECICLAR E CONSCIENTIZAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA IMPLANTAÇÃO DE UMA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL PARA A DESTINAÇÃO CORRETA DO LIXO MUNICIPAL	
Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior	
Leandra Taynara Ramos	
Rozélia Aparecida de Ramos da Silva	
Tiago Fameli	
DOI 10.22533/at.ed.6801911119	
CAPÍTULO 10	99
AGRICULTURA FAMILIAR, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUSTENTABILIDADE: UMA ANÁLISE TEÓRICO-REFLEXIVA DESSA RELAÇÃO	
Thiago Chagas de Almeida	
Maria Clara de Oliveira Leite	
Eliane França Conti	
DOI 10.22533/at.ed.68019111110	
SOBRE A ORGANIZADORA	112
ÍNDICE REMISSIVO	113

VULNERABILIDADE SOCIAL, INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E DE CRIMINALIDADE EM MANAUS-AM

**Michele Lins Aracaty e Silva
Kethelen Sthephanie do Santos
Nascimento**

RESUMO: A ausência de políticas públicas de combate à vulnerabilidade socioeconômicas contribui para os elevados indicadores de vulnerabilidade social da população residente nas zonas mais populosas e de baixo rendimento econômico, caso das zonas Norte e Leste da cidade de Manaus. Temos o objetivo de analisar a evolução dos indicadores socioeconômicos e de criminalidade das zonas Norte e Leste da cidade de Manaus e seus impactos sobre o desenvolvimento regional. Quanto aos aspectos metodológicos esta pesquisa apresenta abordagem quali-quantitativa, com o uso de fonte bibliográfica e documental com dados secundários da SSP-AM, IBGE, Atlas do Desenvolvimento Humano e IPEA, analisando os seguintes indicadores socioeconômicos: Índice de Gini, o IVS e o IDHM e criminais: criminalidade, furto, roubo, estupro, homicídio e latrocínio. Acerca dos resultados, em relação aos indicadores socioeconômicos, tivemos uma queda na concentração de renda observada pelo Índice de Gini e pelo IVS nas duas zonas analisadas. Em relação ao IDHM e a Renda per capita, observou-se uma elevação positiva no período estudado. Em relação aos

indicadores criminais (2007-2017), o índice de criminalidade apresentou queda registrado na Zona Leste e elevação na Zona Norte. Acerca dos Roubos e Estupros, observamos queda nas duas zonas estudadas. Em relação aos roubos, homicídio e latrocínio observou-se elevação no período estudado. Conclui-se que as duas zonas apresentam um processo evolutivo ainda desestruturado e que a desigualdade, a vulnerabilidade e a pobreza influenciam diretamente nos índices de criminalidade. Além disso, em caso de elevação dos indicadores estudados tem-se um impacto e/ou retardo direto no desenvolvimento regional.

PALAVRAS-CHAVE: Vulnerabilidade Social; Criminalidade; Desenvolvimento Regional; Manaus.

INTRODUÇÃO

As disparidades regionais e diferentes graus de desenvolvimento das regiões brasileiras ou mesmo políticas e planos incoerentes com a realidade regional contribuem para a elevação dos indicadores de vulnerabilidade social em zonas urbanas densamente povoadas.

Conceitua-se vulnerabilidade social como uma característica ou condição dos grupos de indivíduos que estão à margem da

sociedade, ou seja, pessoas ou famílias que estão em processo de exclusão social, principalmente por fatores socioeconômicos.

Na cidade de Manaus, temos as zonas Norte e Leste com características de regiões de elevada concentração populacional, baixos indicadores de desenvolvimento socioeconômico, elevados números de criminalidade e poucas perspectivas de desenvolvimento regional

Desta forma, esta análise considera como objeto de estudo os seguintes indicadores socioeconômicos: Índice de Gini, o IVS e o IDHM e indicadores criminais, sendo eles: índice de criminalidade, furto, roubo, estupro, homicídio e latrocínio estes últimos de 2007 – 2017, que constituem crimes violentos contra a pessoa e o patrimônio.

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, Manaus obteve um crescimento de renda per capita nos períodos de 1991 a 2000, e de 2000 a 2010 de 47,08%. A porcentagem de vulneráveis a pobreza passou de 52,08% em 2000, para 33,5% em 2010. Enquanto a desigualdade de renda medida pelo Índice de Gini passou de 0,62 em 2000 para 0,61 em 2010. Por outro lado, houve acentuado crescimento das taxas de crimes nos últimos anos, ameaçando a integridade e segurança da população e colocando a cidade como uma das mais violentas do país.

O presente artigo divide-se em cinco seções, onde a primeira compreende esta introdução. A segunda, dedica-se a trabalhar os aspectos teóricos, começando pela abordagem dos aspectos do contexto de desigualdade e criminalidade e desorganização social, desenvolvimento regional e a teoria econômica e a escolha racional de Gary Becker. Na terceira seção, temos a metodologia, seguida dos resultados e discussões, conclusão e por último as referências utilizadas para a construção deste trabalho.

ASPECTOS TEÓRICOS

Desigualdade, Criminalidade e a Desorganização Social

O Brasil – assim como outros países de semelhante estrutura social, política e econômica – apresenta uma série de variáveis sociais problemáticas. Uma delas é assunto pertinente em países subdesenvolvidos e secularmente estudada na maior parte do mundo, que é a desigualdade. E a outra, assim como a desigualdade, tende a ser um dos entraves tanto para o desenvolvimento humano quanto para o desenvolvimento socioeconômico: a criminalidade.

Wilkinson e Pickett (2015) abordam que as sociedades podem vir a ser mais desiguais quando os pobres estão muito para trás em relação ao meio ou porque os ricos estão muito para a frente. Desta forma, quem sofre devido a um baixo status social pode variar de um grupo para ou outro. Considerando sociedades de um

mesmo nível de desigualdade, em que uma delas pode ser os idosos que em relação aos demais ficam mais privados, e na outra podem ser os grupos de minoria étnica.

Conforme Leal e Neto (2015), a teoria da desorganização social pode ser entendida como uma abordagem que através de pressupostos explicam índices de criminalidade. Dentre eles: a falta de coesão entre os indivíduos em suas relações mais íntimas nas sociedades onde vivem, tanto no seio familiar ou no seu convívio comunitário; e também, problemas contidos nas áreas periféricas, tais como o urbanismo, falta de estrutura e pobreza. Estes vetores afetam todos os outros meios, o que pode caracterizar as comunidades periféricas sendo elas mais vulneráveis à criminalidade.

Adolescentes de diversos contextos sociais no Brasil, em especial adolescentes que vivem em condição de maior dificuldade econômica, nas periferias de grandes cidades, compõem uma das parcelas da população em maior condição de vulnerabilidade. (MOTTA, 2012, p.2)

Segundo Pinto e Coronel (2014, apud Scalco et al, 2012, p.2) combater a criminalidade através de políticas públicas é uma tarefa complexa, devido a heterogeneidade que os atos criminosos podem apresentar (roubos, homicídios e outros), o que requer a conclusão de que tais diferenças dificultam a identificação dos fatores de risco para cada situação.

Piketty (2014) aponta questionamentos ao tratar da desigualdade de renda sob a ótica de níveis de hierarquia, onde os níveis de vida que se pode alcançar chegando ao topo da hierarquia de patrimônios herdados, são bem maiores do que os correspondentes aos topos da hierarquia de renda.

No trabalho realizado por Wilkinson e Pickett (2015), a discussão posta é que a hierarquia social é vista muitas das vezes como uma espécie de “ranking da corrida humana por habilidade”, o que levaria então os sinais externos de sucesso ou fracasso, como melhores empregos, rendas mais elevadas, instrução, moradia carro e roupas, a serem aspectos que fariam toda a diferença. Os autores discutem ainda, que os indivíduos inseridos em sociedades desiguais se deparam com situações de perigo, humilhação, discriminação, desemprego, e até mesmo a competição por status, o que torna a disseminação e reprodução da violência muito maior do que em um contexto onde essas diferenças são mínimas. “Sob tais condições, para que trabalhar e se comportar de modo ético e moral? Afinal, se a desigualdade social é sempre imoral, injustificada, por que não testar o limite da imoralidade e se apropriar do capital por qualquer meio disponível?”. (PIKETTY, 2014, p.236).

Ainda para Wilkinson e Pickett (2015) a desigualdade pode ser um poderoso divisor social, muito provavelmente porque as pessoas costumam estar propensas a usar as diferenças de seus padrões de vida como indicadores das diferenças de status. De certa forma, as pessoas tendem a escolher seus amigos entre seus iguais e não se relacionam com pessoas muito mais ricas ou muito mais pobres.

Souza (2009) analisa referindo-se à visão economicamente redutora do mundo,

é que a mesma “universaliza” os pressupostos da realidade da classe média para todas as outras “classes inferiores”, como se as condições de vida dessas classes fossem as mesmas, o que em sua concepção permite a esse “esquecimento” do processo de socialização familiar dizer que o que importa é o “mérito” individual. Neste sentido, todas as precondições sociais, emocionais, morais e econômicas que permitem criar indivíduos produtivos e competitivos em todas as esferas da vida estariam não sendo percebidas, e ainda, o “fracasso” dos indivíduos das classes não privilegiadas pode ser interpretado como “culpa” individual.

De um modo geral, estes aspectos acabam por tornar-se grandes obstáculos para o desenvolvimento econômico e regional nas sociedades. Assim como as diversas tentativas dos governos de tentar alavancar a economia que, por um lado, agravam ainda mais as disparidades, esquece-se sobretudo de elencar estas características problemáticas que marginalizam e subutilizam a capacidade humana da camada mais pobre, como é o caso do Brasil.

Desenvolvimento Regional

Conforme Lucena (2015) não é possível definir de maneira única e direta o desenvolvimento, visto os aspectos de fenômeno complexo que apresenta, indo além de caracterizações simplistas e conceitos fechados e, sendo destinado a vários fins, tornando inseparável do contexto cultural, social, econômico e político.

Em um conceito mais econômico idealizado para a questão do desenvolvimento, Vieira e Santos (2012) observam a relevância que possuem as quantidades de recursos financeiros ou bens materiais capazes de possibilitar o aumento da produção e da produtividade, bem como a da distribuição de renda como fator harmonizador do desenvolvimento, contribuindo para o alcance de melhor qualidade de vida da população.

Contudo, Lucena (2015), aborda como as políticas de crescimento adotadas no Brasil, especialmente as ditas de foco regional que, de certa forma, incentivaram a concentração de poucos espaços em detrimento da exploração e trocas desfavoráveis com outros - como o caso do Nordeste do país – e geraram impactos que contribuíram para o surgimento das desigualdades regionais e das condições desfavoráveis do bem-estar.

Desenvolvimento regional compreende uma análise de fatores sociais e econômicos no interior de uma região, fatores esses que compõem a mobilidade espacial do capital, do trabalho e das inovações. Tais fatores, quando bem ou mal empregados em uma determinada região, podem reduzir ou acelerar as desigualdades regionais. (OLIVEIRA, PIFFER, STRASSBURG, 2017, p.2)

Ainda para Lucena (2015), o desenvolvimento não pode significar algo tão somente bom, visto que as marcas deixadas pelo processo progressivo das sociedades corrobora para uma inquietação quanto ao surgimento de novos obstáculos nas

relações humanas, onde ao mesmo tempo que há a presença do crescimento, há também uma formatação peculiar onde a riqueza de poucos e a pobreza de muitos caminham de mãos dadas, fomentando a criminalidade e insegurança.

Neste caso, é importante destacar os processos de escolhas individuais dos cidadãos. Ademais, a formação de uma sociedade mais igualitária, inclusiva e segura é almejada à luz de teorias desenvolvimentistas, entretanto pouco fala-se dos gatilhos que corrompem a mente humana capazes de elaborar sentimentos a respeito do mundo ao seu redor, sendo eles de cunho econômico ou existencial. Seria a teoria econômica do crime, iniciada pelo economista Gary Becker na década de 1970, suficiente para explicar o que levaria um indivíduo a cometer atos delituosos?

Teoria Econômica e a Escolha Racional de Gary Becker (1930-2014)

Na visão de Santos e Kassouf (2008) não há uma restrição para a Ciência Econômica a estudos somente de ordem macroeconômica, mas sim há a preocupação no aprofundamento do conhecimento na alocação de recursos eficientemente que, no geral, são limitados ou “escassos”.

Neste sentido, a teoria econômica do crime de Gary Becker segundo Odon (2018), traz à tona pontos já levantados anteriormente por Baccaria e Bentham nos séculos XVIII e XIX e, aplica a teoria da escolha racional em que crimes são cometidos se os benefícios do agente for maior que os de outras atividades, dessa forma a teoria econômica faz a diferenciação entre um criminoso e um cidadão de acordo com as suas percepções de custos e benefícios de cometer um delito.

Para além dos fundamentos da teoria econômica do crime, considera-se aqui como um dos principais determinantes da escolha racional pela prática de crime, as características do contexto o qual o indivíduo desenvolve-se. Conforme Wilkinson e Pickett (2015) tudo tem importância, tanto a vida familiar do indivíduo quanto a escola, vizinhança e a competição por status.

Segundo Oliveira e Chaves (2007) existe um número expressivo de variáveis que devem ser consideradas na análise de atos criminosos. Assim, não se pode responsabilizar isoladamente, um único fator explicativo da prática do delito, uma vez que vários argumentos poderiam ser testados com o objetivo de elucidar a problemática “crime”. Os fatores socioeconômicos estão entre as explicações mais comuns para a ocorrência dos crimes, e isto é feito de várias maneiras. (TAVARES et al, 2016, p.6)

Os modelos econômicos baseados na teoria proposta por Becker (1968) restringem-se ao aspecto financeiro do assunto, o que caracteriza a explicação dos determinantes da criminalidade, incompleta. Ao longo da vida, o indivíduo busca construir relações que inicialmente nascem no berço familiar e perpassam pelo ambiente de convivência em sociedade. Esse ambiente torna-se fundamental no processo de formação, passando pela construção do julgamento moral e na futura decisão de cometer um crime ou na realização de atividades lícitas. (FRANCO, 2016, p.161)

Santos e Marin (2015, p.8 apud Oliveira, 2005). discutem a ideia de que ao longo da vida os indivíduos vão construindo relações que começam inicialmente com seus familiares, passando pela fase da adolescência, e se estendem até a sua inserção na sociedade na fase adulta. Cada indivíduo se desenvolve em um determinado contexto. Este contexto, ou ambiente (ou infraestrutura familiar e socioambiental), é fundamental no processo de construção do julgamento moral, e por consequência, na decisão de cometer um crime ou não. Ou seja, o ambiente influencia o desenvolvimento individual.

Ainda conforme Santos e Marin (2015), partindo dos pressupostos básicos da teoria Neomarxista boa parte das pessoas, a mercê de eventos econômicos desconformes, se veem muitas vezes, impelidas pelas forças das circunstâncias a adotar comportamentos criminosos. Isto é, elas não racionalizam ou pesam as consequências de suas escolhas, simplesmente agem.

METODOLOGIA

Com o objetivo de estudar a relação existente entre desigualdade, criminalidade e o desenvolvimento regional, analisando indicadores socioeconômicos e criminais em duas zonas da cidade de Manaus: Norte e Leste. Quanto à sua natureza, classifica-se a pesquisa como pura. É descritiva e explicativa e tem uma abordagem quali-quantitativa e quanto à coleta de dados constitui uma pesquisa de caráter observacional.

Quanto aos procedimentos técnicos utilizados para a sua formulação, constituiu-se de pesquisa bibliográfica e documental com o uso de dados secundários do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM).

Quanto aos indicadores socioeconômicos escolhidos, destacamos: O Índice de Gini, o Índice de Vulnerabilidade Social - IVS e o IDHM. Em relação indicadores criminais, temos: índice de criminalidade, furto, roubo, estupro, homicídio e latrocínio estes últimos de 2007 – 2017, que constituem crimes violentos contra a pessoa e o patrimônio.

Quanto aos métodos aplicados a esta pesquisa: o primeiro deles é o dedutivo, onde parte-se da teoria e leis gerais dos conceitos de criminalidade, desigualdade e desenvolvimento regional especificando como se dá em particular esta relação no contexto da capital amazonense; o comparativo, onde a partir do que é observado nas duas zonas identifica-se quais as características se assemelham e quais diferem; e o estatístico, utilizando séries temporais de números estatísticos e índices agregados.

A apresentação dos dados estatísticos deu-se através da formulação de gráficos evolutivos com as séries históricas, fornecendo uma visão dos indicadores criminais durante o período compreendido entre 2007 a 2017 e, os indicadores

socioeconômicos disponibilizados a cada dez anos através do censo realizado pelo IBGE e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, neste caso de 2000 e 2010. Estes, foram obtidos através da média aritmética dos indicadores nos bairros que compõem as zona em questão utilizando a base de dos extraída dos sites oficiais já citados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Aspectos Gerais das Zonas Norte e Leste de Manaus

Segundo dados do IBGE, entres os anos de 2000 e 2010, a população de Manaus cresceu 28,2%. O número de habitantes da capital amazonense saltou de 1.405.835 para 1.802.014 moradores durante a década. A Zona Norte registrou o maior índice de aumento de residentes dentre as regiões da cidade, alcançando crescimento de 77,6%. Enquanto a Zona Sul foi única área com redução de habitantes. Os dados são dos dois últimos censos demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

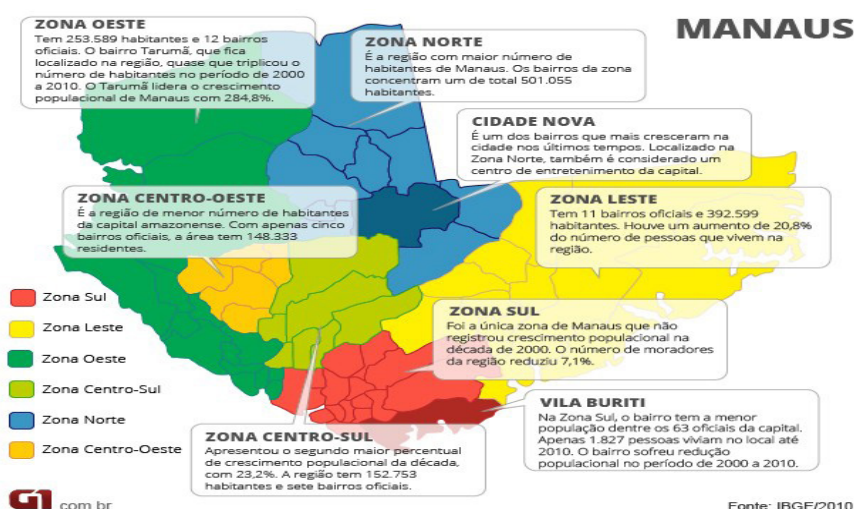


Figura 1 – Zonas de Manaus

Fonte: IBGE (2010)

A Figura 1 mostra um mapa geral da cidade de Manaus, destacando com diferentes cores as divisões por zona e, também legendando as áreas de maior ou menor concentração populacional e bairros abrangidos.

De acordo com dados da SSP-AM (2013), a Zona Leste (ZL) de Manaus concentra uma população de, aproximadamente, 466 mil habitantes distribuídos em onze bairros (Jorge Teixeira, São José Operário, Gilberto Mestrinho, Coroado, Tancredo Neves, Zumbi dos Palmares, Armando Mendes, Mauzinho, Colônia Antônio Aleixo, Puraquequara e Distrito Industrial II). Essa zona possui uma distribuição populacional

bastante desigual. O bairro de Jorge Teixeira é o que concentra maior população residente, cerca de 1/4 do total da população de toda a zona administrativa.

O bairro de São José é o segundo bairro mais populoso. Ele concentra quase 15% da população, seguido por Gilberto Mestrinho (12,4%), Coroado (11,5%) e Tancredo Neves (10,9). Vale ressaltar que esses cinco bairros formam uma conurbação onde reside cerca de 350 mil habitantes, o equivalente a 75% de toda a população da Zona Leste. Deslocados noutra extremo, formando uma população de, aproximadamente, de 118 mil habitantes estão os bairros de Zumbi (7,8%), Armando Mendes (6,3%), Mauzinho (5,3%), Colônia Antônio Aleixo (3,7), Puraquequara (1,3%) e Distrito Industrial II com uma população bastante rarefeita (aprox. 4.000 habitantes), equivalente a menos de 1% da população total da Zona Leste.

Com relação à Zona Norte, de acordo com a SSP-AM (2013), A Zona Norte (ZN) de Manaus, com uma população de mais de meio milhão de habitantes (521 mil hab.) é a zona administrativa mais populosa de Manaus.

Recentemente sofreu uma reestruturação administrativa e aos seis bairros oficiais, até então existentes (Cidade Nova, Colônia Terra Nova, Monte das Oliveiras, Santa Etelvina, Colônia Santo Antônio e Novo Israel), quatro novos bairros foram criados e incorporados a essa zona (Novo Aleixo, Cidade de Deus, Nova Cidade e Lago Azul) que passou a ter dez bairros. Mesmo com isso o bairro da Cidade Nova continuou sendo o mais populoso (125.985 habitantes) com 24,2% da população total da ZN, seguido pelo bairro de Novo Aleixo (100.479 habitantes) com 19,3% da população total residente nessa zona.

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DAS ZONAS LESTE E NORTE DE MANAUS

Índice de Gini

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), O Índice de Gini mede o grau de concentração de renda em determinada região. Utilizando valores de 0 a 1, sendo 0 o ponto em que não há desigualdade de renda.

O Gráfico 1 mostra a evolução do Índice de Gini na Zona Leste, utilizando dados do censo do IBGE de 2000 e de 2010. Nota-se que houve uma queda da concentração de renda nesta região comparando os dois censos realizados.

Para a Zona Norte da cidade de Manaus o Gráfico 2 mostra que houve uma redução da concentração de renda, medida pelo Índice de Gini, ao mesmo patamar da Zona Leste. Ressalta-se que para o censo 2000 a concentração de renda da zona leste em comparação com a zona norte foi maior, 0,54 contra 0,51.

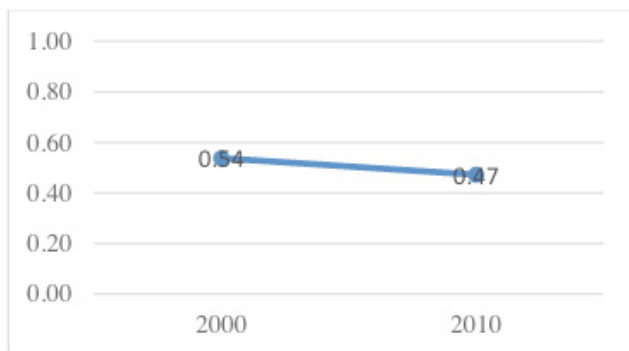


Gráfico 1 – Índice de Gini da Zona Leste (2000-2010)

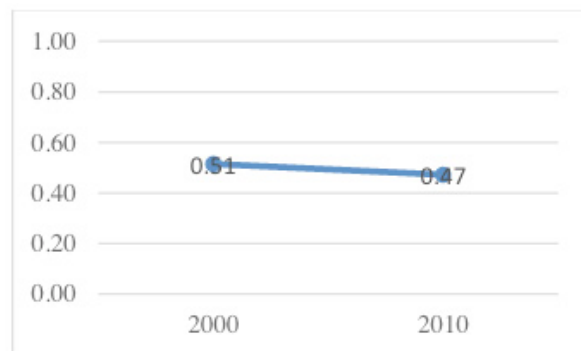


Gráfico 2 – Índice de Gini Zona Norte (2000-2010)

Fonte: IBGE (2010)

Pode-se identificar a semelhança das duas zonas, sendo elas as zonas que mais crescem em termos populacionais. Ainda que, as diferenças de renda estejam em um patamar menor de um censo para o outro, como veremos mais a frente, em termos de vulnerabilidade e renda per capita as duas zonas não só se parecem quantitativamente como comparadas a outras zonas são igualmente problemáticas.

Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)

Para o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, com uma leitura análoga ao Índice de Gini, apresentado anteriormente, o IVS utiliza-se de valores que vão de 0 a 1 e, quanto mais próximo de 1 maior é a vulnerabilidade social.

O Gráfico 3, apresentado a seguir, mostra a evolução do indicador (IVS) na Zona Norte da cidade de Manaus, de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (ADH) em 2000 e em 2010. Onde, os valores coletados mostram que a Zona Norte estava em um patamar de vulnerabilidade maior em 2000 do que em 2010. Desta forma, houve uma significativa queda de 0,14 no valor do indicador no intervalo de 10 anos.

Quanto ao Gráfico 4, onde se apresenta a evolução do indicador na Zona Leste da cidade, comparando os valores do indicador em 2000 e em 2010, houve também queda da vulnerabilidade nesta região de 0,13.

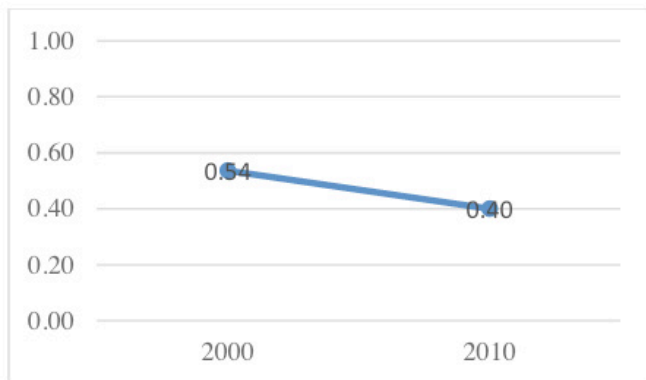


Gráfico 3 – Índice de Vulnerabilidade Social Zona Norte (2000-2010)

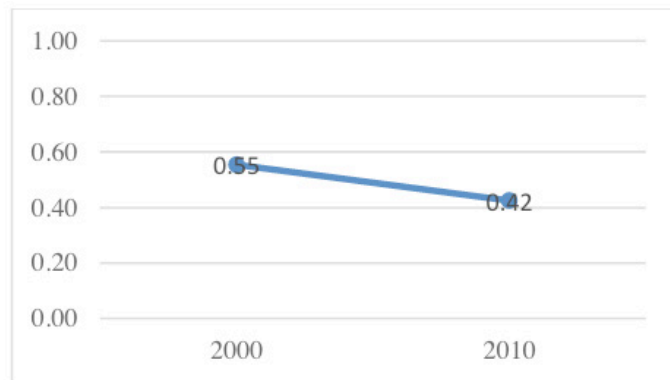


Gráfico 4 – Índice de Vulnerabilidade Social Zona Leste (2000-2010)

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010)

Analisando as duas zonas, nota-se que a zona leste tanto em 2000 quanto em 2010, apresentou um IVS maior que a zona norte e, mesmo com a queda significativa de 0,13 do índice de vulnerabilidade apresentou um valor acima do observado na zona norte.

IDHM e suas Dimensões

Este indicador, na visão do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil com base nos censos do IBGE, diferentemente da leitura que é feita nos indicadores anteriores, este utiliza valores de 0 a 1, quanto mais próximo de 1 maior o desenvolvimento da unidade federativa. Sendo o IVS atualizado a cada dez anos, o indicador considera o cruzamento de três dimensões do desenvolvimento humano no Brasil: longevidade, educação e renda.

No Gráfico 5 é apresentada a evolução do IDHM desagregando as três dimensões para as zonas Leste e Norte de Manaus, também possível visualizar a divisão em dois lados, para os dados em 2000 e em 2010.

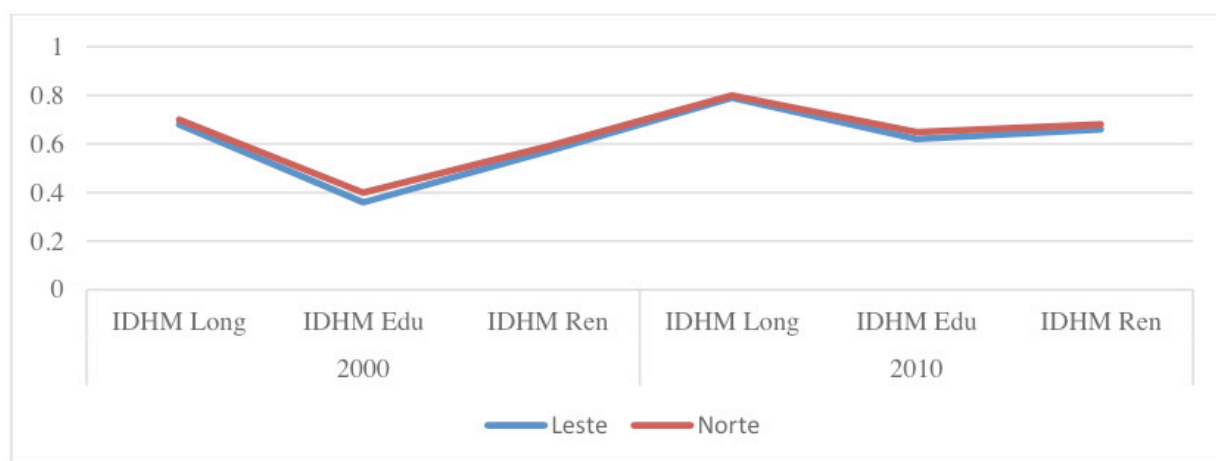


Gráfico 5 – IDHM em três dimensões (2000-2010)

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010)

Tanto para a Zona Leste quanto para a Zona Norte a dimensão IDHM longevidade apresentou um movimento ascendente, comparando 2000 a 2010, isto é, houve um resultado positivo, saindo de 0,68 em 2000 para 0,79 em 2010 na Zona Leste e, de 0,7 para 0,8 na Zona Norte. O IDHM educação obteve também um resultado positivo com 0,36 em 2000 e 0,62 em 2010 na Zona Leste e 0,4 em 2000 e 0,65 em 2010 na Zona Norte. Quanto ao IDHM renda observou-se de mesma maneira um resultado positivo, porém em menor escala, sendo de 0,57 em 2000 e 0,66 em 2010 para a Zona Leste e, 0,59 em 2000 e 0,68 em 2010 para a Zona Norte.

RENDA PER CAPITA

Este indicador, para o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, é encontrado através da razão entre o somatório das rendas de todos os residentes em domicílios particulares permanentes e o número de residentes. Faz-se relevante para esta análise trabalhar este indicador nas duas zonas objetivando o entendimento do contexto de vulnerabilidade à pobreza que se encontram os moradores destas áreas na capital, bem como elencar os dados de rendimentos familiares entre os censos de 2000 e 2010.

O Gráfico 6 apresenta a evolução da renda per capita na Zona Leste obtida através da média aritmética da renda per capita dos bairros utilizando a base de dados do Atlas do Desenvolvimento no Brasil.

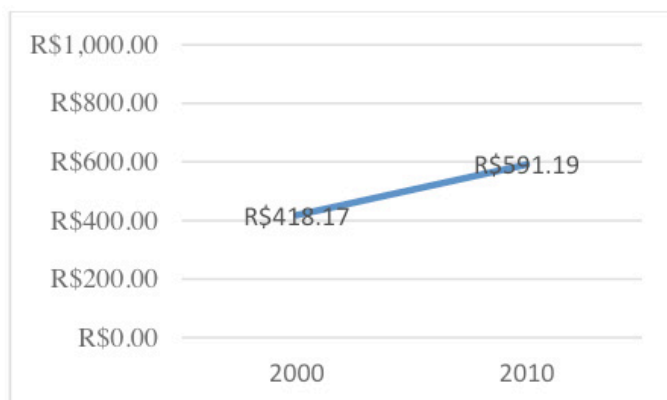


Gráfico 6 – Renda Per capita Zona Leste (2000-2010)

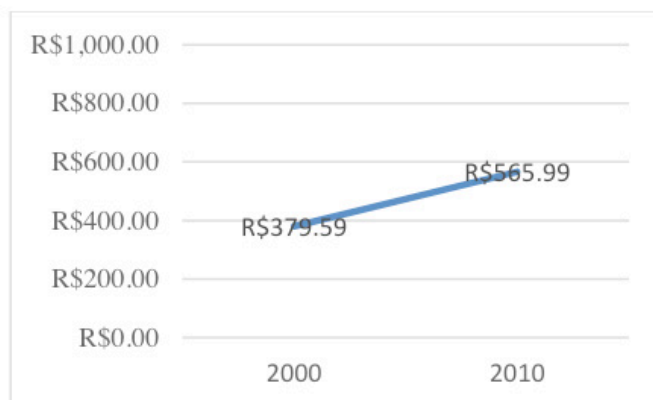


Gráfico 7 – Renda Per capita Zona Norte (2000-2010)

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010)

Em termos de um indicador secundário que utiliza o cruzamento entre a faixa do IDHM e IVS - que seria o nível de prosperidade social - no comparativo da média de renda per capita que a zona apresenta, no geral houve um aumento tanto no nível de renda per capita quanto da prosperidade das famílias que nela residem, passando de \$418,17 segundo o censo do IBGE de 2000 para \$591,19 reais em 2010.

Já para a Zona Norte, o Gráfico 7 demonstra como evoluiu a renda per capita,

também utilizando média aritmética dos valores dos bairros integrantes.

Utilizando a faixa do nível de prosperidade social na Zona Norte, os dados disponibilizados apresentaram também uma evolução contundente com a evolução da renda per capita. Desta forma a renda per capita dos bairros manteve-se em um patamar muito baixo em 2000, com \$379,59, passando para um nível considerado alto em 2010 com \$565,99 reais.

A seguir analisaremos os indicadores criminais referentes às Zonas Leste e Norte da cidade de Manaus no período de 2007 a 2017, em números de ocorrências totais registradas nos departamentos de polícia e uma desagregação analisando 5 naturezas de crimes mais frequentes: furto, roubo, homicídio, estupro e latrocínio.

Indicadores Criminais das Zonas Leste e Norte de Manaus

Quanto aos indicadores criminais, os registros da SSP-AM mostram consideráveis oscilações no período de 2007 a 2017, com atenção maior aos números registrados nos Departamentos de Polícia da Zona Norte que apresentaram um aumento expressivo sendo o período de 2014 a 2016 o de maior intensidade como mostra o Gráfico 8.

Nota-se que a Zona Leste da cidade registrou um volume inferior de ocorrências que a região norte quanto, em comparação ao início do período em análise, apresentou queda nos registros no ano de 2017. Os pontos de baixa e pico para a zona norte foram 11260 em 2007 e 26845 em 2015, respectivamente. Quanto à Zona Leste os pontos foram de 12581 em 2013 e 17081 em 2014.

Em linhas gerais o resultado do levantamento desses dados quantitativos revela que houve um aumento da criminalidade nas duas zonas, considerando o início e o fim do período. Ademais, torna-se relevante observar a natureza dos crimes que estão sendo considerados, além disto, pode-se ter um panorama do total de registros criminais - excludente o porte e tráfico de drogas – de cada uma delas.

O Gráfico 9 mostra a evolução do número dos registros de casos de furtos para as duas zonas. Os pontos de pico e baixa, respectivamente, foram: 9468 em 2012 e 6404 em 2017, na Zona Norte; 8481 em 2007 e 4539 em 2017 na Zona Leste. Em análise para esta natureza de crime observou-se uma queda no período de 2007 a 2017.

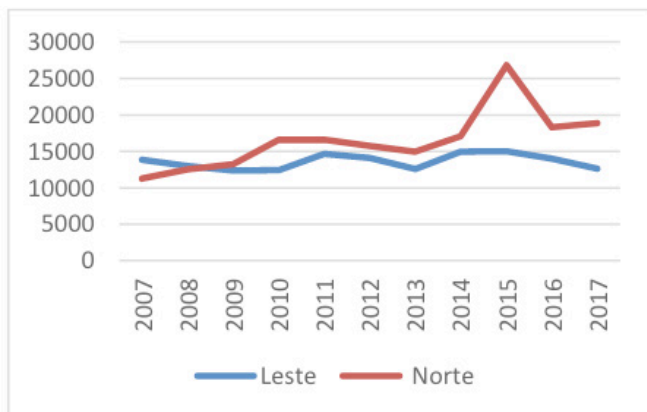


Gráfico 8 – Índices de Criminalidade Zonas Leste e Norte de Manaus (2007-2017)

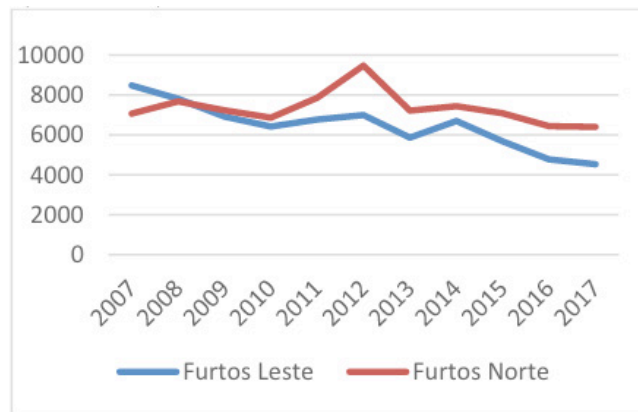


Gráfico 9 – Índices de Furto Zonas Leste e Norte de Manaus (2007-2017)

Fonte: SSP-AM (2017)

O Gráfico 10 apresenta a evolução do número de roubos registrados nas DIP's da zona Leste e Norte da cidade, com pontos de pico e baixa, respectivamente: 12.233 em 2015 e 3.952 em 2007, na Zona Norte; 8.990 em 2015 e 4.603 em 2008, na Zona Leste. Nas duas zonas observa-se um movimento ascendente dos números registrados, tornando o ano de 2015, tanto para a zona norte quanto para a zona leste, o ano de maior expressão de crimes desta natureza.

O Gráfico 11 mostra a evolução dos registros criminais da natureza estupro consumados nas Zonas Leste e Norte, sendo possível identificar a semelhança com que os dados variam durante o período de análise. Além disto, os picos e baixas dos registros, respectivamente, foram: 431 em 2013 e 74 em 2015 para a Zona Norte; 370 em 2013 e 70 em 2014 na Zona Leste. Comparando o início com o fim do período esta natureza de crime também apresenta queda.

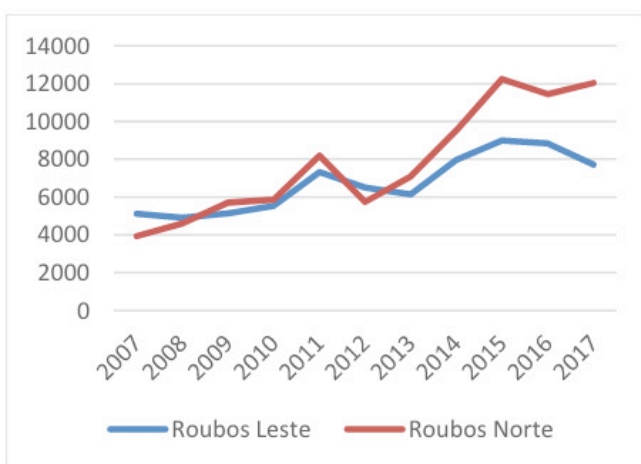


Gráfico 10 – Índices de Roubo Zonas Leste e Norte (2007-2017)

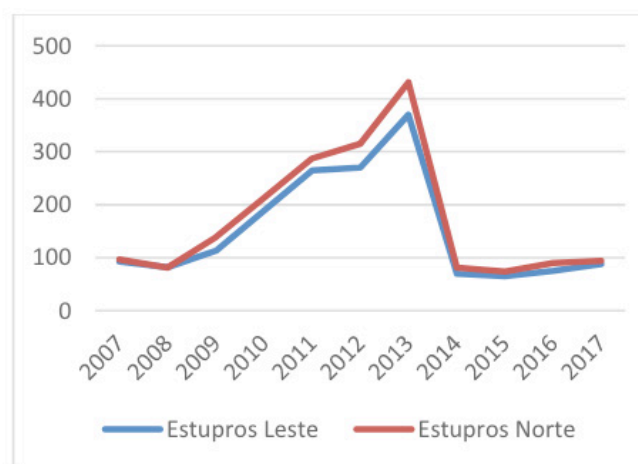


Gráfico 11 – Índices de Estupro Zonas Leste e Norte (2007-2017)

Fonte: SSP-AM (2017)

O Gráfico 12 trata-se da evolução de homicídios consumados registrados nas

DIP's das Zonas Leste e Norte, onde apresentam pico e baixa, respectivamente, de 314 em 2011 e 157 em 2007 na zona leste e, 295 em 2015 e 2017 e 33 em 2014 na zona norte. Pode-se observar que para esta natureza, há um movimento crescente, comparando o início e o fim do período de análise, porém vale ressaltar que em contraste às outras naturezas de crimes, a proporção em que varia durante o período é visivelmente maior.

Por fim, o Gráfico 13 mostra a evolução dos registros de latrocínios nas duas zonas de 2007 a 2017, considerando os pontos de baixa e de pico, respectivamente, de 4 em 2009 e 2010 e 29 em 2017 na zona norte, e 4 em 2007 e 2008 e 24 em 2015. Para os registros dessa natureza, observou-se um aumento comparando o início com o fim do período, ainda que com grandes oscilações.



Gráfico 12 – Índices de Homicídio Zonas Leste e Norte (2007-2017)

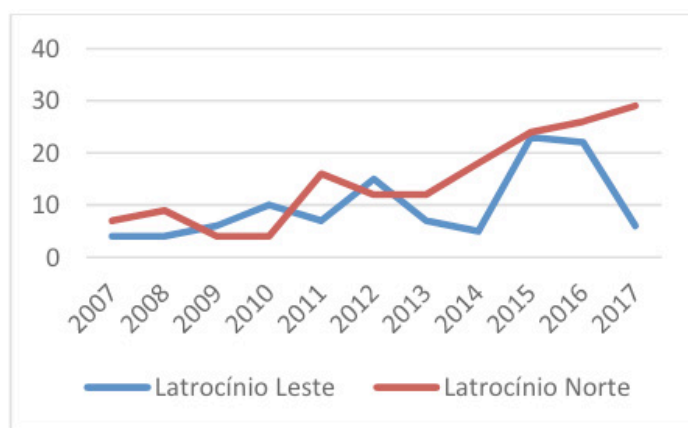


Gráfico 13 – Índices de Latrocínio Zonas Leste e Norte (2007-2017)

Fonte: SSP-AM (2017)

Dos dados aqui apresentados destacam-se 3 naturezas que mais aumentaram no período em questão: roubos, homicídios e latrocínios. Isto é, crimes contra a vida e o patrimônio. Este diagnóstico é semelhante nas duas zonas, objeto deste estudo, embora tenham apresentado significativas mudanças socioeconômicas positivas, ainda assim convergem para se tornarem áreas onde a população sente-se cada vez menos próspera e insegura.

CONCLUSÕES

Os dados das zonas Leste e Norte da cidade de Manaus aqui analisados perpassam uma imagem de um processo evolutivo ainda desconforme. De um modo geral, podemos observar a evolução positiva da renda per capita e dos demais índices socioeconômicos, dentre os censos 2000 e 2010. Já com relação aos índices de criminalidade no período que vai de 2007 a 2017, no geral, houve um aumento da criminalidade.

Uma das primeiras hipóteses a serem discutidas seria que a desigualdade, vulnerabilidade e pobreza influenciam no contexto de criminalidade de determinada região e conseqüentemente tendem a retardar o seu processo de desenvolvimento. Esta pesquisa mostra a tendência de melhoria nos indicadores socioeconômicos e, em contrapartida os indicadores criminais denotam resultados negativos. Todavia, é importante observar os períodos em que se toma esta análise de dados.

Ainda que, a despeito de renda per capita as duas zonas apresentam um resultado positivo, ressalta-se a insuficiência deste indicador em ser um parâmetro de desenvolvimento. Os demais indicadores trabalhados tornam-se mais eficientes em demonstrar esta relação e, em completude os indicadores criminais elevam a percepção de como as zonas Leste e Norte sofrem entraves no alcance efetivo do “bem-estar social” devido aos patamares socioeconômicos ainda baixíssimos quando comparados às zonas mais prósperas da cidade.

Isto posto, quanto maior for a interferência desses aspectos na construção do estado de bem-estar social da população, maior deverá ser o nível de eficácia das políticas públicas e medidas governamentais tanto nas áreas sociais e educacionais, quanto na área de segurança pública. O importante é sempre observar que a seriedade e responsabilidade no planejamento e acompanhamento da aplicação dos recursos nas políticas públicas são essenciais para a assertividade na resolução dos problemas públicos. O estudo também apresentou informações que podem levar a futuras investigações. Desta forma, recomenda-se a realização de novas pesquisas abordando as demais zonas da cidade de Manaus, assim como comparando os dados com os demais municípios do Estado do Amazonas ou até mesmo entre regiões metropolitanas e os diversos estados brasileiros.

REFERÊNCIAS

FRANCO, C. Revisão de literatura e evidências empíricas sobre economia do crime. Revista UNEMAT de Contabilidade, 01 ago. 2016, Vol.5(9). < <https://periodicos.unemat.br/index.php/ruc/article/view/813> >. Acesso em: 15/09/2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Indicadores Socioeconômicos. Brasília, 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5801>. Acesso em: 24/08/2019.

IPEA. Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros / editores: Marco Aurélio Costa, Bárbara Oliveira Marguti. – Brasília: IPEA, 2015. 77 p. gráfs., mapas color. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br.pdf>. Acesso em: 20/07/2019.

IPEA. Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. Brasília: IPEA, 2010. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: 25/07/2019.

LEAL, Alberto Aziz; NETO, Osvaldo Bastos. A criminalidade nas favelas brasileiras, a luz da teoria da Desorganização Social. Jusbrasil, 2015. Disponível em: <<https://albertoaziz.jusbrasil.com.br/artigos/>>. Acesso em: 25/12/2018.

LUCENA, Elis Formiga. Desenvolvimento e Criminalidade: um estudo do perfil dos adolescentes em

conflito com a lei penal internos no lar do garoto/PB. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande - PB, 2015.

MOTTA, Ana Paula. Adolescência brasileira e o contexto de vulnerabilidade à violência. Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade, 2012. < <http://pgsskroton.com.br/> >. Acesso em 04/11/2018.

ODON, Tiago Ivo. Segurança pública e análise econômica do crime: O desenho de uma estratégia para a redução da criminalidade no Brasil. **Senado Federal**, Brasília, ano 2018, 27 mar. 2019. < https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/55/218/ril_v55_n218_p33.pdf>. Acesso em: 14/07/2019.

OLIVEIRA, Fernanda Caires; CHAVES, Carlos Moisés Oliveira. Economia do crime: Uma análise econômica das variáveis que levam um indivíduo a optar pelo crime. In: SEMANA DE ECONOMIA UESB 2013, Anais, UESB, 2013. <<http://www.uesb.br.pdf>>. Acesso em: 29/09/2018.

OLIVEIRA, N. PIFFER, Moacir; STRASSBURG, Udo. O Indicador de Desenvolvimento Regional no Território do Tocantins. Interações, Campo Grande, 29 ago. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v0i0.1607>. Acesso em: 25/05/2019.

PIKETTY, Thomas. O capital no século XXI Cap.7, p.233-264. Editora Intrínseca LTDA, Rio de Janeiro; 2014.

PINTO, Nelson Guilherme Machado; CORONEL, Daniel Arruda. A criminalidade no Brasil: Uma análise das evidências empíricas. Revista Brasileira de Administração Científica, Aquidabã, v.6, n.1, Jan, fev., Mar, abr., Mai, jun. 2014. B < <https://sustenere.co/journals/>>. Acesso em 15/09/2018.

SANTOS, C. MARIN, S. A Teoria Econômica do crime”: Dos pressupostos acadêmicos à empiria do dia a dia na vida de ex-presidiários em Santa Maria – RS. Revista Economia & Desenvolvimento, Vol. 27, n. 2, jul./dez. 2015.

SANTOS, Marcelo Justus dos Santos; KASSOUF, Ana Lucia. Estudos Econômicos das Causas da Criminalidade no Brasil: Evidências e Controvérsias. **Revista Economia**, Brasília, ano 2008, v. 9, n. 2, p. 343–372, maio/agosto 2008. Disponível em: http://www.anpec.org.br/revista/vol9/vol9n2p343_372.pdf. Acesso em: 14/07/2019.

SOUZA, Jessé (org.). A ralé brasileira: Quem é e como vive. 1. **Editora UFMG**, Belo Horizonte 2009. 484 p. v. 1. ISBN 978-85-7041-787-9. E-book. < <http://flacso.redelivre.org.br>>. Acesso em: 29/11/2018.

SSP-AM. Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas. **e-SEGURANÇA CIDADÃ**. Disponível em: <http://transparencia.ssp.am.gov.br/>. Acesso em: 29/09/2018.

TAVARES, Ricardo; CATALAN, Valeria Dutra Batista; ROMANO, Pedro Machado de Melo; et al. Homicídios e vulnerabilidade social. Ciência & Saúde Coletiva, 01 Mar. 2016, Vol.21(3), p.923-934. <<http://www.scielo.br> >. Acesso em: 15/09/2018.

VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Moacir José dos. Desenvolvimento econômico regional – uma revisão histórica e teórica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional - G&DR**, Taubaté - SP, 26 abr. 2012. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/>. Acesso em: 25/06/2019.

WILKINSON, Richard; PICKETT, Kate. “Como a desigualdade deixa marcas”, In: WILKINSON, Richard; PICKETT, Kate (orgs). **O nível: Por que uma sociedade igualitária é melhor para todos?** Cap.3, p.75-89. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2015.

SOBRE A ORGANIZADORA

BIANCA CAMARGO MARTINS - Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Mestre em Planejamento e Governança Pública pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Há mais de cinco anos atua na área de planejamento urbano. É membra fundadora da Associação de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural (APPAC). Atualmente é docente da Unicesumar, onde é responsável pelas disciplinas de urbanismo, desenho urbano e ateliê de projeto.

ÍNDICE REMISSIVO

C

Cidades 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 12, 14, 19, 21, 24, 25, 27, 30, 33, 34, 36, 38, 39, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 61, 63, 64, 69, 73, 90

Cidades criativas 24, 25, 33, 34, 36, 38, 39

Cidades pequenas 11, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50

CPTM-Companhia Paulista de Trens Metropolitanos 51, 52, 56, 57, 58, 59, 61, 62

D

Diretiva quadro da água 13, 14, 17, 21

E

Economia criativa 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 39, 40, 41

Estação intermodal 51

Eventos culturais 24

F

Formação de lagos artificiais 1

G

Glória de Dourados 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50

I

Impactos de barragens 1

Indicadores de desempenho urbano 1

Interurbano 42

L

Lixo 1, 5, 8, 9, 10, 63, 64, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97

M

Materiais 34, 63, 64, 74, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 101

Materiais recicláveis 87, 89, 90, 91, 93, 94

Metrô 51, 52, 54, 56, 57, 61, 62

Metrópoles 22, 58, 62, 97

P

Parintins (AM) 24, 25, 26, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41

Planejamento urbano 7, 23, 63, 112

Política pública 19, 63

R

Região metropolitana de são paulo 51, 52, 55, 59, 60, 61

Revitalização de rios urbanos 13, 22, 23

Riacho urbano 13, 15

S

Socioespacial 1, 42, 43, 44, 47, 49, 50

Sustentabilidade 22, 28, 40, 63, 68, 87, 90, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110

T

Tranformações urbanas 1

Transporte sobre trilhos 51, 52, 53, 56, 59, 60, 61

U

Urbanismo 23, 51, 62, 63, 73, 112

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-768-0



9 788572 477680